



## O Lugar nos Grandes Projetos de Modernização<sup>1</sup>

Vicente Paulo da Silva

Prof. Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

---

**Resumo:** Este artigo é resultado de um investimento, ao longo dos últimos anos, em que realizamos trabalhos, nas áreas de ensino e pesquisa, que fossem capazes de nos ajudar numa melhor compreensão da realidade. A construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, no Estado de Minas Gerais, foi o marco inicial de nossas preocupações. Assistimos à destruição de uma cidade, submersa pela formação do reservatório da usina e, conseqüentemente, a construção de uma nova cidade. Era nossa preocupação pensar como a intervenção de um projeto daquele nível poderia alterar significativamente, e para sempre, o sentido de lugar. O resultado de nossa pesquisa apenas vem referendar o que já era nosso entendimento: o lugar é uma construção simbólica, fonte de legitimidade, de identidade, razão da própria vida de um povo.

**Palavras-chave:** lugar; identidade; grandes projetos; hidrelétrica; Estado; discurso.

**Abstract:** This paper shows the results of some studies which were conducted in the past years in the area of teaching and research, with the hope that they would help us to better understand our own reality. The construction of the Hydroelectric of Nova Ponte, in the State of Minas Gerais, Brazil, was the initial mark of our preoccupations. We saw a city to disappear under water, so that the Hydroelectric could have been constructed, while other city could have been built. However, our worries were how such a great project could later, significantly, and forever, change the sense of that place. The results of our research attested what we had thought of, that is: the place is a symbolic construction, a source of legitimacy, identity and the reason for a life time.

**Key words:** place, identity, "great projects", hydroelectric, State, discourse.

---

### INTRODUÇÃO

O verdadeiro despotismo da modernidade é o absolutismo do dinheiro, sem sujeito, isto é, aquele do trabalho abstrato e de sua exploração em empreendimentos econômicos.

**Robert Kurz**

O intuito deste artigo é discutir a inserção do lugar nos projetos de modernização e analisar as estratégias utilizadas pelos atores sociais para garantirem a execução desses projetos quando eles esbarram com moradores no local, onde vai ser erigida uma obra. A priori, definimos grandes projetos conforme Vainer (1992, p. 34), o qual diz que:

São empreendimentos que consolidam o pro-

---

<sup>1</sup> O texto é parte integrante de nossa Dissertação de Mestrado defendida junto à Universidade de São Paulo (USP), com o título Destruição e Reconstrução Simbólica em Tempos de Modernização, e da tese de doutorado, defendida junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, com o título original Efeitos Socioespaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte – MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana.

cesso de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (1992, p. 34).

A expressão “grandes projetos” passou a definir mais objetivamente as hidrelétricas de grandes dimensões, cuja natureza e lógica, como diz Vainer, são a de explorar certos recursos naturais e espaciais, além de mobilizar determinados territórios com fins específicos de produzir eletricidade. Já para Antonaz (1995), a modificação da realidade territorial é uma das principais características dos grandes projetos.

Segundo Martins, essa expressão se refere a projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental que, embora não tenham por destinatário as populações presentes nos locais escolhidos para sua implementação, “seu pressuposto é o da remoção dessas populações” (1993, p. 62).

É importante lembrar o papel do Estado nas tomadas de decisão para assegurar a execução dos grandes projetos. Com sua forte presença, ele constitui uma garantia de execução do projeto, ao tempo em que financia a destruição das condições existentes nos locais escolhidos para a implementação das obras.

Tratando o sentimento de apego ao lugar como reducionismo, o Estado, por meio do discurso, promove o rompimento das relações pré-estabelecidas e o desapego às coisas locais. Já os moradores das áreas que serão tomadas para execução da obra são taxados de contrários ao progresso – o progresso que deve encobrir aquilo que as águas não encobrirão: a memória e o sentimento de apego ao lugar antigo.

Atualmente, a emergência de novos produtos, o caráter globalizante da economia, a necessidade de inovações, a intercambialidade são aspectos de um complexo jogo do mercado para garantir sua própria

existência. Mas, o que é o mercado? Para Martins (1993, p. 159), “o mercado é o mundo da mercadoria, que nele se movimenta usando o passaporte do valor de troca e que recebe das necessidades sociais a energia do seu movimento e da sua viagem”.

A inserção do lugar nesta relação assume uma forma fantasmagórica, principalmente nos casos em que o projeto de modernidade se depara com populações inteiras que são consideradas como uma barreira ao projeto. Este é, por exemplo, o caso das barragens, se bem que inúmeros outros casos possam ilustrar tal situação. Quem sintetiza de forma poética o campo e o lugar dessas relações é João Guimarães Rosa, ao dizer:

NADA EM RIGOR tem começo e coisa alguma tem fim, já que tudo se passa em ponto numa bola; e o espaço é o avesso de um silêncio onde o mundo dá suas voltas. Esfera com mares, em azul, que confeçam terras de outras cores. Montanhas se figuram por fieirinhas de riscos. Os rios representam-se a traços, sinuosos mais ou menos<sup>2</sup>. Aí e cada cidade é um centro, pingou ou não em pequenino círculo. Mas, o povoado... (1985, p. 128).

Sabemos que um projeto de modernização tem, antes de tudo, objetivos que não são os de desenvolver o lugar nem tampouco modernizar as pessoas. Ou nos enquadrados no processo, ou somos excluídos. E enquadrar aqui assume o sentido de servir ao processo, trabalhar para ele, comer o que ele manda.

Negar o processo e ficar fora dele é uma opção, mas quem o fizer expõe-se ao perigo, pois o simples fato de se negar a trabalhar para o capital pode tornar o indivíduo marginal, fora da sociedade. Gradativamente somos incorporados ao processo de modernização. E percebemos isto cotidianamente dos mais simples gestos aos mais sofisticados.

Um processo amplamente contraditório se instaura no lugar. Produzimos o que não consumimos e consumimos o que não produzimos. Parece irracional

<sup>2</sup> Mais ou menos. Variante: menos ou mais (nota no original).

e, de fato, o é, principalmente porque as cifras da fome se comparadas às cifras da produção nos fazem parecer inúteis. As modernas tecnologias que fazem crescer, enormemente, a produção também elucidam o disparate entre aqueles que detêm o poder e os que acabam à sua mercê.

As transformações no campo e na cidade com objetivo de produzir novos produtos acarretam drásticas transformações do simbólico, algo, talvez, importante apenas no local e sem sentido fora do seu contexto. Algo muitas vezes rotulado pelo outro como atraso de vida, primitivismo, necessitado de se modernizar. Mas algo que, no interior da sociedade que o vive, representa a sua identidade. Segundo Castoriadis (1982, p. 142): tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos - o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade - os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica.

Uma vez que a produção esteja orientada por padrões de natureza externa, o referencial simbólico responsável pela afirmação de uma identidade poderá sofrer sérias transformações; talvez nem mais tenha significado. O ideário do progresso faz suprimir formas e relações.

A comunidade vê e sente a transformação de seus gestos, seus ritmos, das formas que compõem o mosaico da vista da cidade, enfim, a transformação do tempo – do seu tempo. Tudo isso acontece não em função das necessidades do povo, como deveria ser, mas por necessidade do mercado, agora, global.

A intervenção no local é concretizada pela via deste mercado, e aí aparece o Estado com seu papel mediador e homogeneizante sobre a sociedade. Para Kurz (1993, p. 74), “o Estado... no processo da modernidade, nada mais é que o elemento contraditório imanente do sistema produtor de mercadorias”.

O Estado “da ordem e do progresso” dá ordem e adeus a Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, cidades baianas inundadas para a construção da usina de Sobradinho no rio São Francisco. Adeus Nova Ponte, cidade do Triângulo Mineiro, mais uma história submersa pelas águas de uma hidrelétrica, no rio Araguari. Adeus cerrado brasileiro, cujas terras precisam produzir soja e outras culturas para exportação.

Nos projetos de modernização, ou mesmo de modernidade, os homens são interiorizados por individualidades frias, descompromissos com o outro, ou melhor, com os seus. Não somos mais cidadãos daqui, nem deste lugar, mas, sim, cidadãos de qualquer lugar. Muitos sem “eira nem beira”, mas para o discurso oficial somos todos cidadãos, embora sejamos a cada dia usurpados dos nossos direitos e a cada dia temos mais deveres. Somos levados a crer que a apropriação dos recursos é dada de forma totalmente contraditória, embora esta seja mesmo uma característica do sistema capitalista; moderno?

## **(RE) VISITANDO A LITERATURA: CONCEITOS DE LUGAR**

A conceituação de lugar parte do entendimento de que ele permite análises mais localizadas, no tempo e no espaço, e proporciona respostas mais nítidas, pois é ele que representa a dimensão do espaço mais próxima seja para o indivíduo, seja para a coletividade. Por outro lado, a inserção do lugar no chamado espaço global acaba por transformar os gestos, os sonhos, a utopia. Mesmo assim, sua característica de corresponder à dimensão do vivido, do cotidiano, não se perde e atua para manter a coerência do grupo. Ele é experienciado por uma população local, embora envolto por uma trama, progressivamente, regional, internacional, global.

Como dimensão do espaço ou como uma construção social, “o lugar abre perspectiva para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (CARLOS, 1994, p. 303).

Pensar, no contexto desta definição, também significa agir. E o lugar é então entendido como o campo da ação. Diferentes atores agem sobre o lugar, conforme aponta Becker. Na sua visão, o lugar “... corresponde à escala local, do espaço vivido das atividades da vida cotidiana, do uso do espaço... aí também os movimentos de resistência popular têm origem” (BECKER, 1988, p. 109).

A destruição de uma cidade para implantação de um projeto, em que as hidrelétricas constituem um bom exemplo, promove a perda de uma gama de referências que orientam as pessoas já acostumadas a uma aparente imobilidade cotidiana. O lugar antigo apenas sobrevive na memória daqueles que nele viveram, que lhe deram sentido, que o provaram, cheiraram e que o tocaram, seja com as mãos, em sonho ou apenas devaneando em imaginação.

Os grandes projetos promovem profundas transformações no lugar, e o apelo ao discurso tem sido o grande trunfo utilizado para garantir o desenvolvimento desses projetos. Esses discursos visam, muitas vezes, promover o fim do lugar, pois ele é o campo de negociação e de busca de inserção nos projetos da modernidade. Inserção aqui assume as mais diferentes formas, significando não apenas ir contra o projeto, mas poder opinar a respeito dele e, se necessário, intervir, ainda que contra ele.

A perda do lugar, por sua vez, pode significar mudanças profundas no cotidiano das pessoas, conquanto que, sob a perspectiva do discurso, não passa de reducionismo. Todavia, é preciso entender, conforme Carlos que “No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social” (op cit, p. 303).

Para Agnew (1987), apesar de o homem viver, hoje, em um mundo dominado por uma divisão global do trabalho, o lugar ainda mantém seu significado. Os efeitos da economia mundial moderna atuam mais para diferenciar do que para amenizar ou equalizar as condições de vida. A importância do lugar é dada pela

reação diferenciada do povo nos diferentes contextos do desenvolvimento desigual.

Segundo esse autor, o lugar não deve ser pensado apenas no espaço da localidade. “But it is still in places that lives are lived, economic and symbolic interests are defined information from local and extra-local source interpreted and takes on meaning, and political discussions are carried on”<sup>3</sup> (AGNEW, 1987, p. 2). Ainda assim, ele não perde de vista o fato de que processos que se dão além da localidade têm-se tornado determinantes do que acontece nos lugares.

O lugar, em Agnew, aparece como objeto de identidade para um sujeito. “... One place or ‘territory’ in its differentiation from other places can become an ‘object’ of identity or a subject”<sup>4</sup> (AGNEW, 1997, p. 263; AGNEW, 1987, p. 27 e 28). Em sua definição de lugar, o autor adota três grandes elementos que considera de suma importância: *locale*, *location* e *sense of place*.

*Locale*, como ele o define, constitui o cenário no qual as relações sociais são constituídas. *Location* é definida como a área geográfica que abarca o cenário para a interação social, operando em uma escala mais ampla. Enfim, *sense of place* é definido como o local da estrutura de sentimento, como a casa, a igreja, o trabalho, entre outros. Esses lugares, de acordo com a definição de Agnew, formam os nós, ou nodus, em torno dos quais as atividades humanas circulam e podem criar um sentido de lugar.

Esse autor admite que raramente os três aspectos são tomados juntos numa mesma análise. Aqui, seguindo esse raciocínio, optamos pelo elemento *sense of place* por entendê-lo como mais significativo na análise da execução de um projeto. Também optamos por esse aspecto por entender, conforme Agnew, que o sentido de lugar pode ir além da escala da localidade.

Outra contribuição é dada por Sack (1992) ao propor uma concepção de lugar por uma perspectiva do consumo. Em sua análise, ele afirma ser o consumo um meio virtualmente universal e acessível pelo qual nós criamos lugares e construímos mundos. Neste sentido,

<sup>3</sup> Mas ele está ainda em lugares onde vidas são vividas, onde são definidos interesses econômicos e simbólicos, onde informações do local e do extralocal são interpretadas e ganham sentido e onde são realizadas discussões políticas.

<sup>4</sup> Um lugar ou ‘território’ em sua diferenciação de outros lugares pode tornar-se um ‘objeto’ de identidade ou um sujeito.

o autor admite que o espaço e o lugar constituem conceitos extremamente complexos, porém inter-relacionados.

Assim, de acordo com Sack, as grandes estruturas são erguidas com intenção de incentivar o consumo, como *shopping centers* e galerias, cuja construção altera e cria lugares. Para esse autor, o lugar e o consumo estão conectados e, neste sentido, o que se apresenta de forma mais importante é o fato de o consumo constituir um *place creating and place-altering act*. Os atributos desses lugares de consumo, ele diz, são marcados pelos fatos de possuírem a mesma dinâmica e atributos contraditórios que caracterizam a vida moderna.

Se, por um lado, eles se apresentam como lugares espetaculosos, maravilhosos ou paradisíacos, por outro são também chamados de desorientadores, sem peso e espetáculos inautênticos, uma vez que exigem a destruição de contextos reais para propiciar a criação da ilusão e da diversão.

É preciso, todavia, deixar claro que o lugar de consumo, em Sack, constitui um tipo de lugar que é imparcialmente técnico. Os lugares geográficos são mais amplos. “...Geographical places help constitute and are the products of many processes and exist in many forms and scales”<sup>5</sup> (SACK, 1992, p. 11). De acordo com esse pensamento, uma visão com base no indivíduo leva a pensar no lugar pessoal, cujo sentido é dado pelo fato de se experienciar e agir sobre o mundo. Desta forma, para o autor, o lugar pessoal se diferencia do espaço graças à sua característica móvel.

“Movement is one of the ways place differs from space”<sup>6</sup> (SACK, 1992, p. 12). Para este autor, o lugar pessoal pode se expandir ou contrair (*wax and wane*), de acordo com os interesses e ações do indivíduo, ou pode mover-se conforme este se move no espaço. Dada essa característica do movimento, o lugar não deve ser entendido, necessariamente, como uma extensão fixa no espaço. Essa afirmação,

em Sack, pretende mostrar que, entre as várias perspectivas que permitem ver o mundo de modos geograficamente diferentes, ele se debruça sob as perspectivas do *Somewhere* (algum lugar) e *nowhere* (lugar nenhum), cujo conteúdo tem tanto a dizer sobre o lugar moderno.

Espaço e lugar constituem, segundo Sack, variadas e inescapáveis partes da experiência. O lugar, assim entendido, não deve se reduzir a um ponto fixo nem ser comprimido em um limite. A mobilidade, de fato, torna-se uma de suas características mais significativas.

Por outro lado, Relph (1980) diz que os lugares, em nossas vidas cotidianas, não são experienciados como independentes ou descritos apenas em termos de sua locação ou aparência. Segundo seu ponto de vista, embora muitos lugares sejam localizados (*located*), a locação não constitui uma necessária, nem suficiente, condição do lugar, embora seja uma condição muito comum.

A mobilidade dos povos não elimina o apego ao lugar como afirma Relph. O autor toma o exemplo utilizado por Choay ao se referir ao deslocamento de índios brasileiros. Assim, os Bororo, apesar de demolirem, a cada três anos, as suas aldeias e depois reconstruí-las em outro lugar, eles ainda conseguem manter estreitos vínculos com os lugares.

No mundo moderno, há muitos sinais de manipulação de lugares que são transformados ou mesmo destruídos, em função da execução de grandes projetos. É, por exemplo, o caso das hidrelétricas como já o dissemos, cuja formação de reservatórios exige a inundação de extensas áreas, rurais e urbanas e, conseqüentemente, a destruição dos lugares.

Por um lado, isto se dá em função do conhecimento aperfeiçoado da natureza dos lugares, conforme diz Relph, e, por outro lado, em razão da emergência de abastecimento do mercado com a energia hidrelétrica. “Improved knowledge of the

<sup>5</sup> Lugares geográficos ajudam a constituir muitos processos e são os produtos deles; eles existem sob muitas formas e escalas.

<sup>6</sup> O movimento é um dos meios pelo qual o lugar se diferencia de espaço.

nature of place can contribute to the maintenance and manipulation of existing places and creation of new places”<sup>7</sup> (RELPH, op cit., p. 45).

A mobilidade permite que se criem novos lugares. Isso significa que o lugar antigo ou o lugar que tenha passado por um processo de transformação ainda terá, por certo tempo, um significado para aqueles que o viveram, se entendemos, conforme Tuan (1983), que o lugar é um mundo de significado organizado.

É no lugar que as pessoas e o grupo se reconhecem e se identificam. O contexto em que nasceram e que já vinha sendo construído pelos seus antecessores parece prolongar-se ao longo de sua existência, de sua vida cotidiana. Quando convivemos em um lugar, não vemos, no dia-a-dia os efeitos das marcas do tempo. Estas passam despercebidas. Basta então que desse lugar nos distanciemos por um tempo e tudo, ao retornarmos, parece diferente.

Isso permite pensar o quão repleto de movimentos é o lugar. Ele envelhece com aqueles que nele envelhecem. Rejuvenesce com aqueles que nascem ou chegam de outros lugares. Refaz-se com novos símbolos que conviverão com os símbolos antigos ou se extingue para dar lugar a outras relações.

É neste movimento, que se elabora o conteúdo do lugar, que ele adquire sua densidade. Ele pode renascer, porque as experiências do lugar antigo subsistem na memória. Será, porém, outro lugar, permeado de velhas lembranças que podem contribuir com a reorganização do lugar novo.

O lugar pode ser pensado em diferentes construções, desde nação, passando por província ou região, até cidade, rua, casa – a minha casa. “Places are thus basic elements in the ordering of our experiences of the world”<sup>8</sup> (RELPH, 1980, p. 43).

<sup>7</sup> A instificação do conhecimento da natureza do lugar pode contribuir para a manutenção e para a manipulação de lugares existentes, como para a criação de novos lugares.

<sup>8</sup> Os lugares são, assim, elementos básicos na ordenação de nossas experiências de mundo.

<sup>9</sup> Estar em um lugar é pertencer a ele e identificar-se com ele; quão mais profundamente se estiver dentro, maior será a identificação com o lugar.

<sup>10</sup> De fora, olha-se para um lugar como um viajante olharia para uma cidade a distância; de dentro, experiencia-se o lugar, fica-se envolvido por ele e torna-se uma parte dele.

Em relação ao conceito de identidade do lugar, Relph diz que esta é uma noção fundamental na vida cotidiana. Não se trata de reconhecer diferenças e semelhanças entre os lugares, mas, principalmente, identificar semelhanças nas diferenças.

Da mesma forma, Relph diz que não é tão somente a identidade dos lugares que importa, mas também a identidade da pessoa ou do grupo com o lugar e, em particular, se eles estão experienciando o lugar como um *insider* ou como um *outsider*. De todos os componentes de identidade do lugar, nenhum é tão marcante como a experiência de um *insider*; diferente da experiência de um *outsider*. “To be inside a place is to belong to it and to identify with it, and the more profoundly inside you are the stronger is this identify with the place”<sup>9</sup> (RELPH, op cit., p. 49).

A condição de estar dentro ou estar de fora, segundo Relph, apresenta um dualismo simples, porém básico. Enquanto uma é fundamental em nossas experiências no espaço vivido, a outra supre a essência do lugar. “From the outside you look upon a place as a traveler might look upon a town from a distance; from the inside you experience a place, are surrounded by it and part of it”<sup>10</sup> (RELPH, op cit., p. 49).

Há diversos modos de manifestação da relação *insideness* e *outsidness*. Relph, tomando como referência a fala de Gabriel Marcel, diz que isso ocorre porque cada um de nós se torna o centro de uma espécie de espaço mental organizado em zonas concêntricas de interesse e aderência reduzida, que são definidas pelas nossas intenções.

De acordo com essa visão, estar *inside* depende do que nossa intenção focaliza; e o que estiver além do limite do que focalizamos é, ou está, *outside*. Neste sentido, como diz Relph, da mesma forma que

variam nossas intenções, também varia a fronteira entre *inside* e *outside*. “In consequence there are many possible levels of insideness”<sup>11</sup> (RELPH, op cit., p. 50).

Podemos, seguindo essa linha de pensamento, estar *inside* quando projetamos intencionalmente uma casa. Mas nela também podemos projetar a sala de estar ou a cozinha, o quarto de dormir ou os móveis da casa. A intenção pode projetar a cidade e, nela, o bairro, a rua, a casa ou seu interior.

Por outro lado, podemos estar *outside* quando somos desprovidos de afetividade pelas coisas, ou quando temos conhecimento de que devemos manter uma certa distância em relação ao que observamos. Como só podemos contemplar a distância, ficamos limitados pela consciência, portanto, estamos *outside*. Há um limite, às vezes declarado ou do qual apenas temos consciência, que define como nos comportamos na cidade, na rua, no bairro ou na casa de outrem. O lugar é marcado por limites. A invasão a esse limite define um conflito.

A implementação de um grande projeto pode criar uma situação incomum. No caso de destruição de uma cidade para construção de uma hidrelétrica, questionamos sobre a reconstrução da cidade sem os testemunhos da história da construção de um grupo, sem os símbolos que identificavam seus moradores e, enfim, sem o lugar construído pelos antecessores e herdado e reorganizado por seus descendentes.

“To understand place requires that we have access to both an objective and subjective reality”<sup>12</sup> (UNWIN, 1992, p. 186). Esta afirmação aponta para o fato de que o lugar não é tão-somente uma construção física, nem apenas subjetiva. Entendê-lo na sua complexidade passa pelo acesso a essas duas possibilidades conjuntamente.

O lugar será assim muito mais significativo se for entendido como uma construção humana. Uma construção que traduz simbolicamente a identidade tanto

individual quanto do grupo, cuja vida cotidiana esteja intrinsecamente conectada a essa construção.

“Place has become a focus for understanding the interaction of the human world of experience and the physical world of existence”<sup>13</sup> (UNWIN, op. cit., p. 211). Portanto, uma análise que vise à compreensão do conteúdo do lugar pode tornar-se reducionista se fragmentar esse modo de entendimento, pois, com isso, os resultados da análise também serão fragmentados.

Mas também há que se pensar na idéia de tempo quando se trata do lugar. Flay diz que o lugar é totalmente distinto das noções de espaço e de tempo. Ele também diz que o lugar não pode denotar um único tempo, ou seja, um tempo em um lugar não é o mesmo tempo em outro lugar. “The ‘same space’ at different times is a different place. The ‘same time’ in different spaces is a different place”<sup>14</sup> (FLAY, 1989, p. 2).

Mooney (1989) diz que a primeira experiência de espaço e de tempo é de suma importância em nossas vidas. A passagem de espaço a lugar é ilustrada por Mooney com o gesto de se colocar um vaso de flores sobre uma mesa vazia, em que passa a haver mudança de todos os ângulos. Esse ato, diz o autor, significa que criamos um *focus* e coerência.

Agora aquele espaço se torna definitivamente um lugar. “Individually and culturally, our lives are ‘fixed’ by places and events”<sup>15</sup> (MOONEY, 1989,14). E o que são, dessa forma, os lugares e eventos em Mooney? Ele diz que são espaço e tempo experienciados qualitativamente. É pelos lugares e eventos que marcamos nossas vidas e conhecemos a nós próprios e, por essa via, julgamos e somos julgados.

Outra perspectiva para pensarmos o lugar é dada por Daniel (1989), ao dizer que devemos aprender a ler e escrever os lugares da maneira como os vemos. É então que fala de uma gramática coletiva que, ao ser aprendida, diz que estamos “tomando lugar” – *take place*. Dessa maneira, aprender a ler os lugares

<sup>11</sup> Em conseqüência, há muitos níveis possíveis de *insideness*.

<sup>12</sup> Para entendermos um lugar, é necessário que tenhamos acesso a uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva.

<sup>13</sup> O lugar tornou-se o foco para o entendimento da interação entre o mundo de experiência do homem e o mundo físico de sua existência.

<sup>14</sup> O ‘mesmo espaço’ em tempos diferentes é um lugar diferente. O ‘mesmo tempo’ em diferentes espaços é um lugar diferente.

personificados numa

linguagem do povo significa, segundo Daniel, aprender a falar coletivamente. A apreensão do lugar a partir dessa indicação leva a que a localização dentro de um lugar específico seja, muitas vezes, feita muito mais em referência a especificidades do próprio lugar do que ao modo formal.

Aqui se retoma o trabalho de Relph, em que essa visão também encontra suporte. “To see a place means to learn the common-places (topoi) of the community, many of which are the more poetic and rhetorical than logical or mathematical”<sup>16</sup> (op cit., p. 19). Similarmente, Daniel diz que esse modo de aprender a falar dos lugares tem ordem e significado em virtude de sua redundância e familiaridade. Isto é também, de acordo com Daniel, uma leitura do que ele chama de livro da natureza, que permite estarmos sempre engajados numa interpretação como partes do processo e, por meio do qual os lugares que nós identificamos emergem para constituir as regras da gramática. “The signs of speech and writing determine the community rather than the other way around”<sup>17</sup> (1989, p. 20).

Em Frémont, os lugares são definidos pelos objetos reais como um rio, uma fábrica, uma auto-estrada ou uma cadeia de montanhas. Ele fala de uma prática dos lugares, que integra toda uma afetividade, a qual é aprendida na cotidianidade dos gestos ou no passar da idade. “Entre les hommes vivant en société et les lieux qu’ils occupent, c’est donc une trame dense de relations multiples, économiques, écologiques, sociales, affectives, qui se trouve ainsi tissé”<sup>18</sup> (1984, p. 173).

Na escala local, podemos definir e superpor outras tantas escalas para pensar o lugar. Por isso, preferimos uma definição que lhe atribui uma dimensão, que é a mais próxima do ser, e não exatamente uma escala. É no lugar que a sociedade deverá se organizar para

discutir, entender, participar, resistir no sentido de ser vista e considerada nos projetos de modernização que a envolva; ou, então, qualquer projeto que a exclua do debate se torna um projeto contra ela.

A destruição de uma cidade em função da execução de um projeto é algo complexo. Sua reconstrução, contudo, parece-nos mais complexa ainda. Reconstruí-la não significa, simplesmente, levantarem-se novos prédios e traçarem-se novas ruas. Como, então, não sermos tentados a entender as transformações sofridas pelo lugar em função da execução de um grande projeto?

Na implementação de um grande projeto, os lugares se tornam campos de cuidado, de maior atenção e de defesa. Isso é também o significado maior da vida cotidiana, a qual se funde com a construção, a cada dia, de lugares. No esforço de compreendermos a situação, acrescentamos que o lugar é essencialmente constituído de elementos endógenos, contrariando a tese do lugar global, uma vez que não há cotidianos globais se entendemos o lugar, conforme Frémont, como o espaço vivido. O lugar é produzido pelas relações cotidianas. Desta forma, a consideração do cotidiano nas definições de lugar, de acordo com nossas convicções, é o mesmo que lhe darmos mais sentido, pois no dia-a-dia se renova a vida e, com ela, renovam-se os significados.

Embora produzido localmente, como diz Becker (1988), o lugar é alvo e campo de estratégias tanto locais quanto, progressivamente, externas. Os grandes projetos representam uma dessas formas de intervenção e têm sido responsáveis por significativas mudanças no lugar. Refletir acerca disso significa buscar o entendimento das relações entre os homens e o meio e as complexas tramas que se desenham a partir dessas relações que envolvem os atores sociais.

<sup>15</sup> Individualmente e culturalmente, nossas vidas são fixadas por lugares e eventos.

<sup>16</sup> Ver um lugar significa aprender os lugares comuns (topos) da comunidade, muitos dos quais são mais poéticos e retóricos que lógicos ou matemáticos.

<sup>17</sup> Os signos da fala e da escrita determinam a comunidade mais que quaisquer outros meios que a circundam.

<sup>18</sup> Entre os homens que vivem em sociedade e os lugares que eles ocupam, há, então, uma densa trama de relações múltiplas, econômicas, ecológicas, sociais, afetivas, que se encontram assim entrelaçadas.

O entendimento dessas questões deve passar pelo crivo dos conceitos e, por isso, eles passam a merecer nossa atenção. No caso do conceito (ou conceitos) de lugar, ainda há muito que se debruçar sobre ele, por ainda se encontrar em pleno processo de elaboração. Mesmo assim cumpre-nos lembrar que a capacidade de nos relacionarmos afetivamente com os lugares é característica do ser cotidiano, o homem. A mobilidade é uma atitude a ele inerente que permite ampliar os horizontes, os espaços de relacionamento.

É por isso, então, que retomamos o argumento de Relph de que o lugar é aquilo que projetamos intencionalmente. Assim, ao projetarmos mentalmente um jardim, vemos que não é a sua existência pura e simples que o define. Nossa intenção e experiência com ele o tornam capaz de falar e pode fazer-nos ouvi-lo. Isso representa uma experiência *inside* com o jardim que faz com que ele deixe de ser apenas um jardim e se torne um lugar. Muito mais amplo do que o jardim, o sentido de lugar faz desencadear outros sentimentos os quais reforçam nossa identidade individual e coletiva.

## **OS GRANDES PROJETOS E TRANSFORMAÇÃO NO SENTIDO DE LUGAR: A ESTRATÉGIA DO DISCURSO**

Aqui procuramos refletir sobre o papel do Estado no processo de execução de grandes projetos bem como os efeitos dessa decisão na organização do espaço, com o intuito de compreender como um processo de transformação provocado por essas decisões pode alterar, profundamente e para sempre, o sentido de lugar.

Pretendemos, com esta abordagem, evidenciar as estratégias utilizadas por grupos que se encontram em condições de poder para garantir a realização de grandes projetos. Particularmente, pensamos sobre o uso do discurso, uma vez que este tem sido o modo mais eficaz de convencimento de moradores historicamente situados em local tomado como

prioritário para desenvolvimento de um projeto.

Já chamado por Bourdieu (1989) de violência simbólica, o discurso tem sido o grande trunfo usado para garantir o desenvolvimento dos grandes projetos. Quando um grupo pretende realizar um empreendimento e depara com algumas barreiras que o dificultam, é comum utilizar estratégias que garantam sua execução.

O apelo ao discurso, conforme Bourdieu, tem servido como instrumento de dominação aos grupos que estão em posição de poder, conseguindo, por meio dele, impor, inclusive, com tomadas de posições ideológicas. No caso do setor elétrico, o discurso é marcado por uma acirrada defesa da execução dos projetos. Assumindo a perspectiva do progresso, os porta-vozes desses empreendimentos propagam a idéia de que as barragens são a solução para as áreas onde estão projetadas.

Para o Estado brasileiro especificamente, o apelo ao discurso como instrumento de poder tem sido uma estratégia que até aqui cumpriu seu papel. Com esta estratégia, o Estado tem garantido a extraordinária expansão do seu parque de usinas hidrelétricas. Da mesma forma, também têm sido transformados ambientes construídos histórica e afetivamente; tem ocorrido a inundação de milhares de quilômetros de terras férteis, além da destruição de ecossistemas, deslocamento de milhares de moradores; mas, acima de tudo, o Estado tem conseguido se destacar como grande produtor de energia hidrelétrica.

“Para o setor elétrico o que importa é a relação custo benefício de seu plano” (VAINER e ARAÚJO, 1990, p. 20). Mas, muitas vezes, os moradores podem representar uma ameaça à execução do projeto ou, mesmo, provocar uma elevação dos custos além do previsto. A opção pelas hidrelétricas define a ascensão de grupos privilegiados ao poder, os quais, assim que conseguem o controle da situação política no País, tratam de garantir o acúmulo de capital em seu poder. “A ‘opção’ que nos impuseram foi a megaeletricidade... esta ‘opção’ resultou, até aqui, em mega-barragens” (SEVÁ FILHO, 1990, p. 17).

Essa opção justamente num período de ditadura militar, talvez o mais crítico da história do Brasil, permitiu ao País destacar-se como grande produtor de energia hidrelétrica. As grandes obras começaram a se difundir por todo o território nacional, cada uma com suas particularidades, mas, em todos os casos, o uso do discurso se tornou uma estratégia comum como forma de convencer os moradores dos locais escolhidos para a implantação desses projetos.

No empenho de realizar a obra, o setor toma a atitude de usar o discurso para criar expectativas de progresso nas pessoas e manter a desinformação para que os moradores fiquem alheios aos reais objetivos. “O progresso é uma palavra mágica que destrói todo e qualquer argumento, fonte de legitimidade quase que inesgotável” (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 80), ao passo que a desinformação é usada de forma mais cautelosa.

As informações, quando são repassadas, são desprovidas de conteúdo, deixando mais dúvidas do que esclarecimentos. Assim, geram um mal-estar entre os moradores por não conseguirem projetar as conseqüências do empreendimento. A recusa às propostas do setor elétrico é interpretada pelo discurso como um efeito da ação de “adversários do progresso e da modernização da sociedade brasileira” (VAINER e ARAÚJO, 1990, p. 23). Nesse contexto, podemos afirmar, conforme Gonçalves (1990), que a modernização nos termos propostos pelo setor elétrico tem sido uma modernização autoritária.

A história da construção de hidrelétricas normalmente tem sido escrita sob trama semelhante. Nega-se, por meio do discurso, a relação afetiva do morador com seu espaço, fato evidenciado quando a empresa se propõe a indenizar somente as benfeitorias. Por outro lado, deslocam-se milhares de moradores com o anúncio da modernização do indivíduo e da sua região. Interrompe-se um cotidiano do homem e do lugar. Criam-se outros cotidianos, do mesmo homem, mas em outro lugar. A história não mais será a mesma.

Novamente advertimos que é preciso entender que o contexto em que se produzem as mudanças em conseqüência de grandes projetos deve ser pensado tanto sob o ponto de vista material, quanto do seu efeito sobre as pessoas. Neste segundo caso, devemos considerar aquilo que tem um significado para as pessoas, mas que muitas vezes tem sido rotulado como atraso de vida ou primitivismo.

A reconstrução do lugar não deve ser considerada apenas do ponto de vista físico, pois a monumentalidade não representa, *per se*, o modo de viver dos moradores. A reconstrução, por exemplo, de uma cidade destruída por exigência da execução de grande projeto, como uma hidrelétrica, só será completa se for fruto de uma história vivida e experienciada, cotidianamente, pelo grupo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, J. **Place and politics: the geographical mediation of state and society**. Boston: Allen & Unwin, 1987. 267 p.
- \_\_\_\_\_. Representing space: space, scale and culture in social science. In: DUNCAN, J.; LEY, D. (Ed.). **Place/ culture/ representation**. London: Routledge, 1997. p. 251-271.
- ANTONAZ, D. **Na escola dos grandes projetos** – a formação do trabalhador industrial na Amazônia. (diss.mest.). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1995. 306 p.
- BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-125, 1988. Número especial.
- BOURDIEU, P. A institucionalização da anomia. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, c1989. p. 255-279.
- CARLOS, A. F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. (Org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 303-309.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.
- DANIEL, S. H. Reading places: the rhetorical basis of place. In: BLACK, D. W.; KUNZE, D.; PICKLES, J. (Ed.). **Commonplaces: essays on the nature of place**. Lanham: University Press of America, 1989. p. 17 - 23.
- FLAY, J. C. Place and places. In: BLACK, D. W.; KUNZE, D.; PICKLES, J. (Ed.). **Commonplaces: essays on the nature of place**. Lanham: University Press of America, c1989. p. 1 - 10.

- FRÉMONT, A. L'effet de lieu. In: \_\_\_\_\_. **Lieux, classes, cultures, mobilités**. Paris, 1984. p. 161-182.
- GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1991. 177 p.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 3. ed; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244p.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.
- MOONEY, M. Being there: forms of space and time. In: BLACK, D. W.; KUNZE, D.; PICKLES, J. (Ed.). **Commonplaces: essays on the nature of place**. Lanham: University Press of America, c1989. p. 11 - 16.
- RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1980. 156 p.
- ROSA, João Guimarães. **Estas Estórias**. 5. ed; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 283p.
- SACK, R. D. **Place, modernity, and the consumer's world: a relational framework for geographical analysis**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992. 256 p.
- SEVÁ FILHO, A. O. Intervenções e armadilhas de grande porte. **Travessia**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 5-11, jan./abr. 1990.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.
- UNWIN, T. **The place of geography**. New York: Longman Scientific & Tecnological, 1992. p.186 – 211.
- VAINER, C. B. & ARAÚJO, F. G. B. de. Implantação de grandes hidrelétricas. **Travessia**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 18-24, jan./abr. 1990.
- VAINER, C. B. & ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86 p.